



Gases Fluorados - Legislação

Instrumentos > Gases Fluorados - Legislação

Gases Fluorados

Em 1997, foi adotado o Protocolo de Quioto, no âmbito do qual a Comunidade Europeia se comprometeu a reduzir as suas emissões de GEE (categoria na qual se inserem os gases fluorados).

Neste seguimento, foi publicado o Regulamento (CE) n.º 842/2006, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de Maio, relativo a determinados gases fluorados com efeito de estufa, bem como, os respetivos regulamentos de desenvolvimento. Entretanto este Regulamento foi revogado pelo [Regulamento \(UE\) n.º 517/2014](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Abril.

O presente regulamento tem por objetivo proteger o ambiente mediante a redução das emissões de gases fluorados com efeito de estufa. Para tal:

- Estabelece regras em matéria de confinamento, utilização, recuperação e destruição de gases fluorados com efeito de estufa e em matéria de medidas auxiliares conexas;
- Impõe condições à colocação no mercado de produtos e equipamentos específicos que contenham, ou cujo funcionamento dependa de, gases fluorados com efeito de estufa;
- Impõe condições às utilizações específicas de gases fluorados com efeito de estufa;
- Estabelece limites quantitativos à colocação de hidrofluorocarbonetos (HFC) no mercado.

De forma a assegurar a transição entre o antigo e o novo regime legal, tendo em conta o disposto no artigo 26.º do Regulamento (UE) n.º 517/2014, os Regulamentos (CE) n.º 1493/2007, (CE) n.º 1494/2007, (CE) n.º 1497/2007, (CE) n.º 1516/2007, (CE) n.º 303/2008, (CE) n.º 304/2008, (CE) n.º 305/2008, (CE) n.º 306/2008, (CE) n.º 307/2008 e (CE) n.º 308/2008, da Comissão Europeia (COM), continuarão em vigor, até que sejam revogados por atos delegados ou de execução adotados pela COM.

Sublinha-se que, o Regulamento (UE) n.º 517/2014, é aplicável a partir de 1 de Janeiro de 2015.

Assuntos Relacionados: [Proteção da Camada de Ozono](#)

Legislação Nacional

- [Decreto-Lei n.º 56/2011, de 21 de Abril](#)
- No n.º 3 do artigo 4.º, onde se lê "Os operadores de equipamentos fixos de refrigeração que executam as actividades previstas nos n.ºs 1 e 2 do artigo 2.º do Regulamento (CE) n.º 303/2008 em equipamentos fixos de refrigeração e bombas de calor que contêm gases fluorados com efeito de estufa comunicam" dever-se-á ler "Os operadores de equipamentos fixos de refrigeração, ar condicionado e bombas de calor que contêm gases fluorados com efeito de estufa comunicam". - No n.º 4 do artigo 4.º, onde se lê "Os operadores de extintores e sistemas fixos de protecção contra incêndios que executam as actividades previstas nos n.ºs 1 e 2 do artigo 2.º do Regulamento (CE) n.º 304/2008 em extintores e sistemas fixos de protecção contra incêndios que contêm gases fluorados com efeito de estufa comunicam" dever-se-á ler "Os operadores de extintores e sistemas fixos de protecção contra incêndios que contêm gases fluorados com efeito de estufa comunicam".

Regulamento

- [Regulamento \(UE\) n.º 517/2014, de 16 de Abril](#) (revogou o Regulamento (CE) n.º 842/2006)
- [Regulamento \(CE\) n.º 842/2006, de 17 de Maio](#)

Certificação de Empresas e Pessoal

- [Regulamento \(CE\) n.º 303/2008 da Comissão, de 2 de Abril](#)
Estabelece, nos termos do Regulamento (CE) n.º 842/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, os requisitos mínimos e as condições para o reconhecimento mútuo da certificação de empresas e pessoal no que respeita aos equipamentos fixos de refrigeração, ar condicionado e bombas de calor que contêm determinados gases fluorados com efeito de estufa.

- [Regulamento \(CE\) n.º 304/2008 da Comissão, de 2 de Abril](#)
Estabelece, nos termos do Regulamento (CE) n.º 842/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, os requisitos mínimos e as condições para o reconhecimento mútuo da certificação de empresas e pessoal no que respeita aos sistemas fixos de protecção contra incêndios e extintores que contêm determinados gases fluorados com efeito de estufa.
- [Regulamento \(CE\) n.º 305/2008 da Comissão, de 2 de Abril](#)
Estabelece, nos termos do Regulamento (CE) n.º 842/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, os requisitos mínimos e as condições para o reconhecimento mútuo da certificação do pessoal que procede à recuperação de determinados gases fluorados com efeito de estufa em comutadores de alta tensão.
- [Regulamento \(CE\) n.º 306/2008 da Comissão, de 2 de Abril](#)
Estabelece, nos termos do Regulamento (CE) n.º 842/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, os requisitos mínimos e as condições para o reconhecimento mútuo da certificação do pessoal que procede à recuperação de determinados solventes à base de gases fluorados com efeito de estufa dos equipamentos que os contêm.
- [Regulamento \(CE\) n.º 307/2008 da Comissão, de 2 de Abril](#)
Estabelece, nos termos do Regulamento (CE) n.º 842/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, os requisitos mínimos para os programas de formação e as condições para o reconhecimento mútuo dos atestados de formação do pessoal no que respeita aos sistemas de ar condicionado instalados em determinados veículos a motor que contêm determinados gases fluorados com efeito de estufa.

Deteção de Fugas

- [Regulamento \(CE\) n.º 1516/2007 da Comissão, de 19 de Dezembro de 2007](#) (Estabelece, nos termos do Regulamento (CE) n.º 842/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, disposições normalizadas para a deteção de fugas em equipamentos fixos de refrigeração, ar condicionado e bombas de calor que contenham determinados gases fluorados com efeito de estufa).
- [Retificação do Regulamento \(CE\) n.º 1516/2007 da Comissão, de 19 de Dezembro de 2007](#) (Jornal Oficial da União Europeia, L287, de 18 de Outubro de 2012).
- [Regulamento \(CE\) n.º 1497/2007 da Comissão, de 18 de Dezembro](#)
Estabelece, nos termos do Regulamento (CE) n.º 842/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, disposições normalizadas para a deteção de fugas em sistemas fixos de protecção contra incêndios que contenham determinados gases fluorados com efeito de estufa.

Rotulagem

- [Regulamento \(CE\) n.º 1494/2007 da Comissão, de 17 de Dezembro](#)
Estabelece, nos termos do Regulamento (CE) n.º 842/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, o formato dos rótulos e os requisitos adicionais de rotulagem relativamente a produtos e equipamentos que contenham determinados gases fluorados com efeito de estufa.

Relatório

- [Regulamento \(CE\) n.º 1493/2007 da Comissão, de 17 de Dezembro](#)
Estabelece, nos termos do Regulamento (CE) n.º 842/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, o modelo do relatório a apresentar pelos produtores, importadores e exportadores de determinados gases fluorados com efeito de estufa.

[Perguntas Frequentes](#) | [Contacte-nos](#)

© Agência Portuguesa do Ambiente, 2015.



Compra e Venda de Gases Fluorados

Instrumentos > Gases Fluorados - Legislação > Compra e Venda de Gases Fluorados

De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 6.º do Regulamento (UE) n.º 517/2014, as empresas que fornecem gases fluorados com efeito de estufa, devem estabelecer registos das informações relevantes sobre os compradores dos mesmos, designadamente, os números dos certificados dos compradores e as quantidades de gases fluorados com efeito de estufa adquiridos, sendo esta obrigatoriedade aplicável a partir de 1 de janeiro de 2015.

Ainda de acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 11.º do referido Regulamento, para efeitos de execução da instalação, assistência técnica, manutenção ou reparação de equipamentos que contenham gases fluorados com efeito de estufa, ou cujo funcionamento dependa desses gases, para os quais seja necessária a certificação ou atestação ao abrigo do artigo 10.º, só devem ser vendidos e comprados gases fluorados com efeito de estufa por **empresas detentoras dos certificados pertinentes**, nos termos do artigo 10.º ou por **empresas que empreguem pessoas detentoras de um certificado ou um atestado de formação** nos termos do artigo 10.º, n.ºs 2 e 5, não obstante a que empresas não certificadas, que não exerçam as atividades anteriormente mencionadas, recolham, transportem ou distribuam gases fluorados com efeito de estufa, havendo por isso diferentes tipologias de entidades/empresas, a quem irá ser solicitada informação diferenciada.

Poderão ser consultadas as empresas e os técnicos certificados/atestados, na página da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), no seguinte link:

- <http://www.apambiente.pt/index.php?ref=17&subref=1026&sub2ref=1031>.

Nesse sentido, foram elaborados pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA), um conjunto de documentos (ficheiros Excel), para permitir que esses registos possam ser efetuados pelas entidades/empresas compradoras e vendedoras, a partir de 1 de janeiro de 2015.

Dos documentos elaborados em excel, disponíveis para download, constam as seguintes informações:

1. Guia de vendas (engloba as diferentes tipologias de entidades/empresas e a informação que cada uma destas deverá preencher);
2. Guia de compras (engloba as diferentes tipologias de entidades/empresas e a informação que cada uma destas deverá preencher);
3. Folha de Vendas (inclui os **campos obrigatórios para Comunicação** à APA e os **campos obrigatórios para Registo** e comunicação à APA ou à Comissão Europeia, **posteriormente e por amostragem do universo de entidades/empresas**, a quem foi vendido o gás fluorado);
4. Folha de Compras (inclui os **campos obrigatórios para Comunicação** à APA e os **campos obrigatórios para Registo** e comunicação à APA ou à Comissão Europeia, **posteriormente e por amostragem do universo de entidades/empresas**, a quem foi comprado o gás fluorado);
5. Manual de instruções de preenchimento.

Os prazos de submissão da informação são os seguintes:

- Até 31 de outubro de 2015, deverão ser submetidos os dados relativos às compras e vendas (**campos obrigatórios para Comunicação** à APA, na tabela com colunas a azul) ocorridas entre 1 de janeiro de 2015 e 30 de junho do mesmo ano.
- Até 30 de abril de 2016, deverão ser submetidos os dados relativos às compras e vendas (**campos obrigatórios para Comunicação** à APA, na tabela com colunas a azul) ocorridas entre 1 de julho de 2015 e 31 de dezembro do mesmo ano.
- Os **campos obrigatórios para Registo** e comunicação à APA ou à Comissão Europeia (tabela com colunas a cinzento), apenas deverão ser submetidos a este Organismo, quando solicitado, não havendo um prazo específico definido para o efeito.

Documentos:

- [Manual de preenchimento](#)
- [Folha de Compra](#)
- [Folha de Venda](#)
- [Guia de Compra](#)
- [Guia de Venda](#)
- [Respostas a perguntas frequentes - compra e venda de gases fluorados](#)

© Agência Portuguesa do Ambiente, 2015.



ambiente
PORTUGAL
AMBIÇÃO
PARA O FUTURO

 **AGÊNCIA
PORTUGUESA
DO AMBIENTE**

Produtos e Equipamentos abrangidos

Instrumentos > Gases Fluorados - Legislação > Produtos e Equipamentos abrangidos

O Regulamento (UE) n.º 517/2014, aplica-se a:

- Circuitos de arrefecimento de equipamentos de refrigeração fixos, de sistemas de ar condicionado fixos, de bombas de calor fixas e de sistemas reversíveis de ar condicionado/bomba de calor;
- Circuitos de arrefecimento de unidades de refrigeração de camiões e reboques refrigerados;
- Equipamentos de proteção contra incêndios;
- Comutadores elétricos;
- Equipamentos de ar condicionado instalados em veículos a motor;
- Embalagens de aerossóis que contenham gases fluorados com efeito de estufa, com exceção de inaladores de dose calibrada para administração de substâncias farmacêuticas;
- Todos os recipientes de gases fluorados com efeito de estufa;
- Solventes à base de gases fluorados com efeito de estufa;
- Ciclos orgânicos de Rankine.

[Perguntas Frequentes](#) | [Contacte-nos](#)

© Agência Portuguesa do Ambiente, 2015.



Restrições de Colocação no Mercado

Instrumentos > Gases Fluorados - Legislação > Restrições de Colocação no Mercado

Por **colocação no mercado** entende-se o primeiro fornecimento ou disponibilização a terceiros, na União, mediante pagamento ou a título gratuito, ou a utilização pelo próprio caso se trate de um produtor, o que inclui o desalfandegamento com vista à introdução em livre prática na União.

Por **Potencial de Aquecimento Global (PAG)**, entende-se o potencial de aquecimento climático de um gás com efeito de estufa por comparação com o do dióxido de carbono (CO₂), calculado em termos de relação entre os potenciais de aquecimento de um quilograma de gás com efeito de estufa e de um quilograma de CO₂ num período de 100 anos, conforme previsto nos Anexos I, II e IV do Regulamento ou, no que respeita às misturas, de acordo com o Anexo IV.

É proibida a colocação no mercado dos produtos e equipamentos enumerados no Anexo III do Regulamento (UE) n.º 517/2014, com exceção dos equipamentos militares, a partir das datas referidas no mesmo anexo:

Produtos e equipamentos		Data de proibição
1. Recipientes não recarregáveis de gases fluorados com efeito de estufa utilizados na assistência técnica, manutenção ou carregamento de equipamentos de refrigeração ou de ar condicionado, bombas de calor, sistemas de proteção contra incêndios ou comutadores elétricos, ou utilizados como solventes		4 de julho de 2007
2. Sistemas não confinados de evaporação direta que utilizam HFC e PFC como refrigerantes		4 de julho de 2007
3. Equipamentos de proteção contra incêndios;	que contenham PFC	4 de julho de 2007
	que contenham HFC-23	1 de janeiro de 2016
4. Janelas de uso doméstico que contenham gases fluorados com efeito de estufa		4 de julho de 2007
5. Outras janelas que contenham gases fluorados com efeito de estufa		4 de julho de 2008
6. Calçado que contenha gases fluorados com efeito de estufa		4 de julho de 2006
7. Pneus que contenham gases fluorados com efeito de estufa		4 de julho de 2007
8. Espumas unicomponente que contenham gases fluorados com efeito de estufa com PAG igual ou superior a 150, exceto quando necessário para cumprir normas nacionais de segurança		4 de julho de 2008
9. Geradores de aerossóis lúdico-decorativos comercializados para a população em geral e a ela destinados, referidos no Anexo XVII, ponto 40, do Regulamento (CE) n.º 1907/2006, e sinalizadores sonoros que contenham HFC com PAG igual ou superior a 150		4 de julho de 2009
10. Frigoríficos e congeladores domésticos que contenham HFC com PAG igual ou superior a 150		1 de janeiro de 2015

Produtos e equipamentos		Data de proibição
11. Frigoríficos e congeladores para uso comercial (hermeticamente fechados)	que contenham HFC com PAG igual ou superior a 2 500	1 de janeiro de 2020
	que contenham HFC com PAG igual ou superior a 150	1 de janeiro de 2022
12. Equipamentos fixos de refrigeração que contenham, ou cujo funcionamento dependa de, HFC com PAG igual ou superior a 2 500, ou deles dependam para funcionar, exceto equipamentos destinados a aplicações concebidas para arrefecer produtos a temperaturas inferiores a – 50 °C.		1 de janeiro de 2020
Produtos e equipamentos Quando for o caso, e como previsto no artigo 2.º, ponto 6, calcula-se PAG das misturas que contêm gases fluorados com efeito de estufa conforme descrito no Anexo IV		Data de proibição
13. Sistemas múltiplos de refrigeração centralizada para uso comercial com uma capacidade nominal de 40 kW que contenham, ou cujo funcionamento dependa de, gases fluorados com efeito de estufa com PAG igual ou superior a 150, exceto no circuito refrigerador primário de sistemas em cascata nos quais podem ser utilizados gases fluorados com efeito de estufa com PAG inferior a 1 500		1 de janeiro de 2022
14. Equipamentos de ar condicionado residenciais móveis (equipamentos hermeticamente fechados que os utilizadores finais podem deslocar de um compartimento para outro) contendo HFC com PAG igual ou superior a 150		1 de janeiro de 2020
15. Sistemas de ar condicionado em dois componentes que contenham menos de 3 kg de gases fluorados com efeito de estufa, que contenham, ou cujo funcionamento dependa de, gases fluorados com efeito de estufa com PAG igual ou superior a 750		1 de janeiro de 2025
16. Espumas que contenham HFC com PAG igual ou superior a 150, exceto se necessário para cumprir normas de segurança nacionais	Poliestireno expandido (XPS)	1 de janeiro de 2020
	Outras espumas	1 de janeiro de 2023
17. Aerossóis técnicos que contenham HFC com PAG igual ou superior a 150, exceto se necessário para cumprir normas de segurança nacionais ou quando utilizados para aplicações médicas		1 de janeiro de 2018

A proibição não se aplica a equipamentos cujos requisitos de conceção ecológica, adotados em aplicação da Diretiva 2009/125/CE, sejam tais que, devido a uma maior eficiência energética durante o seu funcionamento, as suas emissões de equivalente de CO₂ durante o ciclo de vida seriam menores do que as provenientes de equipamento equivalente em conformidade com os requisitos de conceção ecológica pertinentes e que não contenha hidrofluorcarbonetos (HFC).

A partir de 1 de janeiro de 2017, os equipamentos de refrigeração, ar condicionado e bombas de calor carregados com HFC não podem ser colocados no mercado, exceto se os HFC carregados nesse equipamento estejam incluídos no regime de quotas.

[Perguntas Frequentes](#) | [Contacte-nos](#)

© Agência Portuguesa do Ambiente, 2015.



Restrições de Utilização

Instrumentos > Gases Fluorados - Legislação > Restrições de Utilização

De acordo com o disposto no artigo 13.º do Regulamento (UE) n.º 517/2014:

1. A partir de 1 de janeiro de 2020, é proibida a utilização de gases fluorados com efeito de estufa, cujo potencial de aquecimento global seja igual ou superior a 2500, na assistência técnica ou na manutenção de equipamentos de refrigeração com uma carga de 40 toneladas ou mais de equivalente de CO₂. Esta disposição não se aplica aos equipamentos militares ou a equipamentos destinados a aplicações concebidas para arrefecer produtos a temperaturas inferiores a –50 °C.
2. A proibição referida no ponto anterior não é aplicável, até 1 de Janeiro de 2030, às seguintes categorias de gases fluorados com efeito de estufa:
 - A gases fluorados com efeito de estufa valorizados, com um potencial de aquecimento global igual ou superior a 2500, utilizados na manutenção ou assistência técnica de equipamentos de refrigeração existentes, desde que rotulados nos termos do n.º 6 do artigo 12.º do Regulamento;
 - A gases fluorados com efeito de estufa reciclados, com um potencial de aquecimento global igual ou superior a 2500, utilizados na manutenção ou assistência técnica de equipamentos de refrigeração existentes, desde que esses gases tenham sido recuperados dos referidos equipamentos. Os gases reciclados só podem ser utilizados pela empresa que procedeu à sua recuperação como parte da manutenção ou da assistência técnica, ou pela empresa para a qual a recuperação foi efetuada como parte da manutenção ou assistência técnica.
3. A proibição referida no primeiro ponto não se aplica aos equipamentos de refrigeração para os quais tenha sido autorizada uma isenção em aplicação do n.º 3 do artigo 11.º do Regulamento.
4. É proibido utilizar hexafluoreto de enxofre (SF₆) na fundição injetada de magnésio e na reciclagem de ligas de magnésio obtidas por esse processo. No caso das instalações que utilizem menos de 850 kg de SF₆ por ano, em relação ao magnésio por fundição injetada e à reciclagem de ligas de magnésio por fundição injetada, essa proibição só se aplica a partir de 1 de janeiro de 2018.
5. É proibido utilizar SF₆ no enchimento de pneus de veículos.

[Perguntas Frequentes](#) | [Contacte-nos](#)

© Agência Portuguesa do Ambiente, 2015.



ambiente
PORTUGAL
AMBIÇÃO
PARA O FUTURO

 AGÊNCIA
PORTUGUESA
DO AMBIENTE

Rotulagem

Instrumentos > Gases Fluorados - Legislação > Rotulagem

A rotulagem adequada dos produtos e equipamentos é essencial de forma a garantir o cumprimento da legislação relativa à utilização de gases fluorados. Poderão consultar informação mais detalhada relativa a:

- [Produtos sujeitos a rotulagem;](#)
- [Informações a constar no rótulo;](#)
- [Onde colocar o rótulo;](#)
- [Isenções de rotulagem.](#)

[Perguntas Frequentes](#) | [Contacte-nos](#)

© Agência Portuguesa do Ambiente, 2015.



Produtos sujeitos a rotulagem

Instrumentos > Gases Fluorados - Legislação > Rotulagem > Produtos sujeitos a rotulagem

É proibida a colocação no mercado dos seguintes produtos e equipamentos, salvo se forem marcados com um rótulo que cumpra os requisitos do Regulamento (CE) n.º 1494/2007 da Comissão:

- Equipamentos de refrigeração;
- Equipamentos de ar condicionado;
- Bombas de calor;
- Equipamentos de proteção contra incêndios;
- Comutadores Elétricos;
- Embalagens de aerossóis que contenham gases fluorados com efeito de estufa, com exceção de inaladores de dose calibrada, para administração de substâncias farmacêuticas;
- Todos os recipientes de gases fluorados com efeito de estufa;
- Solventes à base de gases fluorados com efeito de estufa;
- Ciclos orgânicos de Rankine.

Legislação

- [Regulamento \(CE\) n.º 1494/2007, de 17 de Dezembro](#) (Formato dos rótulos e requisitos adicionais de rotulagem relativamente a produtos e equipamentos que contenham gases fluorados com efeito de estufa).

[Perguntas Frequentes](#) | [Contacte-nos](#)

© Agência Portuguesa do Ambiente, 2015.



Informações a constar no rótulo

Instrumentos > Gases Fluorados - Legislação > Rotulagem > Informações a constar no rótulo

Do rótulo devem constar os seguintes elementos:

- A indicação de que o produto ou equipamento contém gases fluorados com efeito de estufa ou de que o seu funcionamento depende de tais gases;
- A designação industrial dos gases fluorados com efeito de estufa aceite ou, na falta dessa designação, a denominação química;
- A partir de 1 de janeiro de 2017, a quantidade expressa em peso e em equivalente de CO₂, de gases fluorados com efeito de estufa contida no produto ou equipamento, ou a quantidade de gases fluorados com efeito de estufa para a qual o equipamento foi concebido e o potencial de aquecimento global desses gases.

Quando aplicável, deve constar igualmente:

- A referência de que os gases fluorados com efeito de estufa estão confinados num equipamento hermeticamente fechado;
- A referência de que os comutadores elétricos têm uma taxa de fuga comprovada inferior a 0,1 % ao ano, segundo a especificação técnica do fabricante.

As espumas e polióis pré-misturados que contenham gases fluorados com efeito de estufa só podem ser colocadas no mercado se os gases fluorados com efeito de estufa estiverem identificados por um rótulo utilizando a designação industrial aceite ou, na falta dessa designação, a denominação química. O rótulo deve indicar claramente que a espuma ou o poliol pré-misturado contém gases fluorados com efeito de estufa. No caso das placas de espuma, essa informação deve nelas figurar clara e indelevelmente.

Os gases fluorados com efeito de estufa valorizados ou reciclados devem ser rotulados com a indicação de que a substância foi valorizada ou reciclada e ostentar informações sobre o número do lote e o nome e endereço da instalação de valorização ou reciclagem.

Os gases fluorados com efeito de estufa colocados no mercado para destruição devem ser rotulados com a indicação de que o conteúdo do recipiente só pode ser destruído.

Os gases fluorados com efeito de estufa colocados no mercado para exportação direta devem ser rotulados com a indicação de que o conteúdo do recipiente só pode ser exportado diretamente.

[Perguntas Frequentes](#) | [Contacte-nos](#)

© Agência Portuguesa do Ambiente, 2015.



Onde colocar o rótulo

Instrumentos > Gases Fluorados - Legislação > Rotulagem > Onde colocar o rótulo

Tendo em conta o perfil técnico do produto ou equipamento, o rótulo deve ser colocado numa das seguintes posições de modo a ser visível aquando da instalação ou assistência técnica:

- Ao lado dos pontos de assistência técnica para carregamento ou recuperação do gás fluorado com efeito de estufa;
- Junto dos locais de acesso para assistência técnica;
- Na parte do produto ou equipamento que contém gás;
- Ao lado das placas indicadoras existentes ou rótulos de informação sobre o produto.

Nos aparelhos de ar condicionado e bombas de calor de tipo individual com uma secção interior e outra exterior separadas, o rótulo deve ser colocado na parte do equipamento inicialmente carregado com o gás.

[Perguntas Frequentes](#) | [Contacte-nos](#)

© Agência Portuguesa do Ambiente, 2015.



Isenções de Rotulagem

Instrumentos > Gases Fluorados - Legislação > Rotulagem > Isenções de Rotulagem

Os produtos ou equipamentos abrangidos por uma isenção nos termos do n.º 3 do artigo 11.º, devem ser rotulados como tal e devem incluir a referência de que só podem ser utilizados com a finalidade para a qual uma isenção nos termos desse artigo foi concedida.

Na sequência do pedido fundamentado por parte da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), a Comissão Europeia pode, a título excecional, por meio de atos de execução, autorizar uma isenção por um período máximo de quatro anos que permita a colocação no mercado de produtos e equipamentos enumerados no Anexo III do Regulamento (UE) n.º 517/2014, que contenham ou cujo funcionamento dependa de gases fluorados com efeito de estufa, sempre que seja demonstrado que:

- a. Para produtos ou equipamentos específicos e para categorias de produtos ou equipamentos específicos, não existem alternativas ou que as mesmas não podem ser utilizadas por razões técnicas ou de segurança; ou
- b. O recurso a alternativas tecnicamente viáveis e seguras acarreta custos desproporcionados.

Assim sendo, qualquer entidade que se enquadre na exceção referida acima, deverá entrar em contacto com a APA através da caixa de e-mail fgas@apambiente.pt, no sentido de se efetuar uma análise prévia de qualquer documentação que justifique um pedido fundamentado à Comissão Europeia, por parte da APA.

[Perguntas Frequentes](#) | [Contacte-nos](#)

© Agência Portuguesa do Ambiente, 2015.



ambiente
PORTUGAL
AMBICÃO
PARA O FUTURO

AGÊNCIA
PORTUGUESA
DO AMBIENTE

Produtores, Importadores e Exportadores

Instrumentos > Gases Fluorados - Legislação > Produtores, Importadores e Exportadores

O Regulamento (UE) n.º 517/2014 (adiante designado por “Regulamento”), prevê a implementação de uma redução gradual da utilização de hidrofluorcarbonetos (HFC). Assim sendo, tendo em consideração o disposto no artigo 16.º do Regulamento, bem como nos anexos V e VI do mesmo, a Comissão Europeia irá atribuir quotas para a colocação de HFC no mercado da União a partir de 1 de Janeiro 2015.

As quotas serão atribuídas em toneladas equivalentes de CO₂, a importadores e produtores de HFC «a granel».

Não se prevê a atribuição de quotas aos produtores e importadores de HFC contidos em produtos e equipamentos.

De acordo com o disposto no [Aviso “2014/C 153/07”](#), as empresas que pretendam colocar HFC no mercado da União em 2015, deverão:

- Registrar-se até 1 de julho de 2014, através do envio dos formulários de registo devidamente preenchidos para CLIMA-HFC-REGISTRY@ec.europa.eu. Os formulários estão disponíveis no sítio web da Comissão Europeia (http://ec.europa.eu/clima/policies/f-gas/reporting/index_en.htm). A Comissão apenas considerará válidos os formulários de registo devidamente preenchidos, sem erros.
- Preencher a declaração da intenção de colocar HFC no mercado, disponível no sítio web da Comissão Europeia (http://ec.europa.eu/clima/policies/f-gas/reporting/index_en.htm), e enviá-la para CLIMA-HFC-REGISTRY@ec.europa.eu.

As empresas são incentivadas a apresentar de uma só vez os formulários de registo e a declaração da intenção de colocação de HFC no mercado, o mais rapidamente possível, para permitir eventuais correções e consequente reenvio antes do final do prazo.

Por si só, a apresentação dos formulários de registo ou a declaração da intenção de colocar HFC no mercado não conferem nenhum direito de colocar HFC no mercado em 2015.

No processo de atribuição de quotas, é feita uma distinção entre dois tipos de empresas:

- “Operadores com histórico de importação em anos anteriores”, são produtores e importadores que pretendam colocar, pelo menos 100 toneladas de HFC (em equivalentes de CO₂) no mercado da União em 2015 e nos anos seguintes e tenham comunicado, ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 842/2006, ter colocado no mercado da União mais de uma tonelada métrica de HFC pelo menos num dos anos entre 2009 e 2012.
- «Novos Operadores», são produtores e importadores que pretendam colocar, pelo menos 100 toneladas de HFC (em ton equivalentes de CO₂) no mercado da União em 2015 e não tenham notificado, ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 842/2006, ter colocado no mercado da União mais de uma tonelada métrica de HFC pelo menos num dos anos entre 2009 e 2012.

Documentos:

- [Aviso aos produtores e importadores de hidrofluorcarbonetos e às novas empresas que pretendam colocar hidrofluorcarbonetos a granel no mercado da União Europeia em 2015 \(2014/C 153/07\)](#)

Links Úteis

- [Business Data Repository \(BDR\)](#)

[Perguntas Frequentes](#) | [Contacte-nos](#)

© Agência Portuguesa do Ambiente, 2015.



Operadores

Instrumentos > Gases Fluorados - Legislação > Operadores

O operador de um equipamento contendo gases fluorados com efeito de estufa constantes dos Anexos I e II do Regulamento (UE) n.º 517/2014 é a pessoa singular ou coletiva que exerce um poder real sobre o funcionamento técnico do equipamento e é responsável pela conformidade legal do mesmo e do cumprimento das obrigações que lhe estão inerentes.

O “poder real sobre o funcionamento técnico” de um equipamento, em princípio, inclui os seguintes elementos:

- livre acesso ao equipamento, o que implica a possibilidade de fiscalizar os seus componentes e o seu funcionamento, bem como a possibilidade de autorizar o acesso de terceiros;
- o controlo sobre a gestão e funcionamento diários (por exemplo, a decisão de ligar ou desligar o equipamento); a competência (incluindo a competência financeira) para decidir sobre a introdução de modificações técnicas (por exemplo, substituição de um componente, instalação de um sistema de deteção de fugas), a modificação das quantidades de gases fluorados no equipamento e a realização de inspeções (por exemplo, para deteção de fugas) ou reparações.

Por defeito, salvo disposições contratuais em contrário, o proprietário do equipamento é o responsável pelo cumprimento das disposições legais aplicáveis, assumindo, como tal, a função de Operador do mesmo.

Contudo, em alguns casos, nomeadamente quando estão envolvidas instalações de grandes dimensões, por vezes são contratadas empresas de serviços para efetuar a manutenção ou assistência técnica. Nesta situação, as obrigações do proprietário enquanto operador do equipamento poderão, através de disposições contratuais claras, ser transferidas para outra pessoa, singular ou coletiva.

A determinação das responsabilidades de cada parte, proprietário e empresa que proceda às intervenções no equipamento, depende das disposições contratuais e das práticas acordadas entre as partes. Estas disposições devem ser explícitas quanto a quem deve dar cumprimento às obrigações legais decorrentes do funcionamento do equipamento, tanto as inerentes às ações práticas no âmbito das intervenções operacionais, como à manutenção dos registos e à comunicação de dados às autoridades competentes.

Existem obrigações diferenciadas consoante o Operador exerça poder real sobre o funcionamento técnico de cada um dos seguintes tipos de equipamentos/sistemas:

- Equipamentos Fixos de Refrigeração, Ar Condicionado e Bomba de Calor;
- Extintores e Sistemas Fixos de Proteção Contra Incêndios;
- Computadores de Alta Tensão;
- Sistemas de Ar Condicionado instalados em Veículos a Motor.

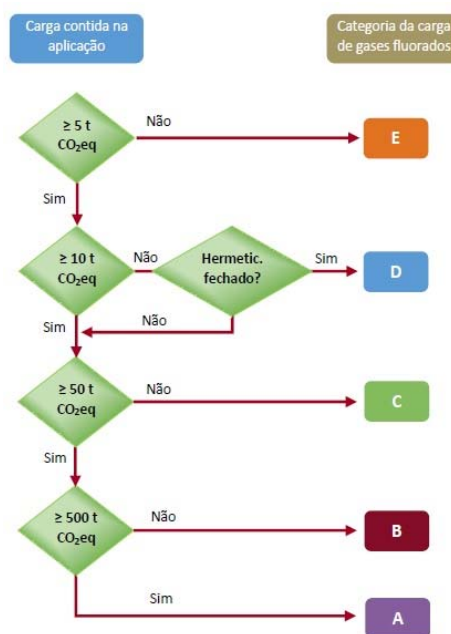
[Perguntas Frequentes](#) | [Contacte-nos](#)

© Agência Portuguesa do Ambiente, 2015.



Equipamentos Fixos de Refrigeração, Ar Condicionado e Bombas de Calor

Instrumentos > Gases Fluorados - Legislação > Operadores > Equipamentos Fixos de Refrigeração, Ar Condicionado e Bombas de Calor



	A (≥ 500 t CO ₂ eq)	B (≥ 50 t CO ₂ eq e < 500 t CO ₂ eq)	C Normal (≥ 5 t CO ₂ eq e < 50 t CO ₂ eq); Hermetic fechado (≥ 10 t CO ₂ eq e < 50 t CO ₂ eq)	D Hermeticamente fechado (≥ 5 t CO ₂ eq e < 10 t CO ₂ eq)	E (< 5 t CO ₂ eq)
1. Recorrer a empresas e técnicos qualificados para instalação e manutenção ou assistência técnica do equipamento	✓	✓	✓	✓	✓
2. Prevenção, deteção e reparação de fugas	✓	✓	✓	✓	✓
2. Controlo periódico de deteção de fugas	✓	✓	✓		
Instalação de sistema de deteção de fugas controlado pelo menos uma vez de 12 em 12 meses	✓				
3. Manutenção de registo do equipamento	✓	✓	✓	✓	
4. Recuperação dos gases fluorados antes da eliminação final do equipamento	✓	✓	✓	✓	✓
5. Comunicação anual de informação à APA	✓	✓	✓	✓	✓

1. Recorrer a técnicos e empresas certificados por Organismo de Certificação de acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 56/2011, de 21 de Abril para proceder às intervenções técnicas nos equipamentos ou sistemas.
2. Proceder à deteção de fugas em todos os equipamentos que contêm gases fluorados com efeito de estufa e, proceder à reparação da(s) mesma(s) se existir(em). Até 1 mês após a data da reparação, o operador deve proceder à verificação da eficácia da reparação e à avaliação da eventual necessidade da repetição do procedimento. Para equipamentos com 5 ton CO₂ eq ou mais de gases fluorados, estão definidas periodicidades mínimas para a deteção de fugas (n.º 3 do artigo 4.º do Regulamento (UE) N.º 517/2014).
3. Proceder ao Registo da Aplicação/Equipamento (RAE) em ficha modelo disponibilizada nesta página de internet. Caso o equipamento ou sistema possua dois ou mais circuitos de refrigeração independentes, deverá ser preenchido um registo por cada circuito independente. Este RAE é constituído por uma identificação do equipamento ou sistema, onde constam os dados técnicos do mesmo e, pelos dados referentes às intervenções técnicas efetuadas no equipamento ou sistema, ou seja, a ficha de registo carece de atualização a cada intervenção técnica efetuada no mesmo, desde que a mesma interfira com as partes do equipamento que contêm gases fluorados. Este registo permitirá conhecer o histórico do funcionamento do equipamento. Cada atualização do registo deve indicar o número do registo de intervenção (numeração do caderno de registo de atividade fornecida pelo Organismo de Certificação do técnico qualificado que efetuou a intervenção) respetivo e, ao RAE podem ser anexos os mencionados registos de intervenção. O RAE apenas é obrigatório para equipamentos que devam ser verificados para deteção de fugas ao abrigo do artigo 4.º, n.º 1, do Regulamento (UE) n.º 517/2014.
4. Proceder à recuperação para efeitos de reciclagem, regeneração ou destruição dos gases fluorados com efeito de estufa, sempre que adequado,

a ter lugar antes da eliminação final desse equipamento e, durante a respetiva assistência técnica e manutenção.

5. Proceder, no âmbito das obrigações decorrentes da aplicação do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 56/2011, à comunicação à Agência Portuguesa do Ambiente (APA), até ao dia 31 de Março do ano corrente, dos dados relativos à utilização de gases fluorados com efeito de estufa no decorrer do ano civil anterior, designadamente:

- Quantidade de cada gás fluorado com efeito de estufa existente no dia 1 de Janeiro do ano civil em questão;
- Quantidade adquirida no decorrer do ano em vasilhame para recarga em equipamentos existentes (kg);
- Quantidade contida no interior (pré-carga) dos equipamentos adquiridos durante o ano (Kg);
- Quantidade de cada gás fluorado com efeito de estufa que tenha recuperado para efeito de recarga no mesmo equipamento (kg);
- Quantidade de cada gás fluorado com efeito de estufa que tenha recuperado para efeito de recarga noutro equipamento (kg);
- Quantidade de cada gás fluorado com efeito de estufa que tenha recuperado para efeito de reciclagem;
- Quantidade de cada gás fluorado com efeito de estufa que tenha recuperado para efeito de valorização/regeneração;
- Quantidade de cada gás fluorado com efeito de estufa que tenha recuperado para efeito de destruição.

Esta comunicação deve ser feita em nome do detentor dos equipamentos ou sistemas aos quais se respeita a utilização dos gases fluorados com efeito de estufa. Para tal deverá ser utilizado o [Formulário online para a Comunicação de Dados](#), cujo [manual de preenchimento se disponibiliza](#).



Em derrogação do primeiro parágrafo, do n.º 1 do artigo 4.º do Regulamento (UE) n.º 517/2014, até 31 de dezembro de 2016 o equipamento que contenha menos de 3 kg de gases fluorados com efeito de estufa, ou o equipamento hermeticamente fechado, que esteja rotulado como tal e contenha menos de 6 kg de gases fluorados com efeito de estufa, não está obrigado a verificações para deteção de fugas.

A partir do dia 1 de Janeiro de 2017, as verificações para deteção de fugas devem ser efetuadas com a seguinte periodicidade:

- Para o equipamento que contenha gases fluorados com efeito de estufa em quantidades iguais ou superiores a cinco toneladas de equivalente de CO₂, mas inferiores a 50 toneladas de equivalente de CO₂: pelo menos de 12 em 12 meses ou, no caso de ter instalado um sistema de deteção de fugas, pelo menos de 24 em 24 meses;
- Para o equipamento que contenha gases fluorados com efeito de estufa em quantidades iguais ou superiores a 50 toneladas de equivalente de CO₂, mas inferiores a 500 toneladas de equivalente de CO₂: pelo menos de seis em seis meses ou, no caso de ter instalado um sistema de deteção de fugas, pelo menos de 12 em 12 meses;
- Para o equipamento que contenha gases fluorados com efeito de estufa em quantidades iguais ou superiores a 500 toneladas de equivalente de CO₂: pelo menos de três em três meses ou, no caso de ter instalado um sistema de deteção de fugas, pelo menos de seis em seis meses.

Anexos:

- [Manual de preenchimento do Formulário de Comunicação de Dados ao abrigo do Artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 56/2011](#);
- [Registo de Aplicação/Equipamento \(RAE\)](#)

[Perguntas Frequentes](#) | [Contacte-nos](#)

© Agência Portuguesa do Ambiente, 2015.



Equipamentos Fixos de Refrigeração, Ar Condicionado e Bombas de Calor

Instrumentos > Gases Fluorados - Legislação > Técnicos Qualificados > Equipamentos Fixos de Refrigeração, Ar Condicionado e Bombas de Calor

De acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 56/2011, apenas poderão efetuar intervenções em equipamentos fixos de refrigeração, ar condicionado ou bomba de calor que contêm gases fluorados com efeito de estufa, os técnicos que possuam a certificação referida no n.º 1 do artigo 10.º do referido Decreto-Lei.

Sempre que procede a uma intervenção técnica num determinado equipamento, o técnico preenche o respetivo registo no caderno de registo de intervenções onde constarão todos os dados relativos à intervenção efetuada, bem como, as opções técnicas tomadas no âmbito da intervenção se as mesmas forem relevantes para o histórico do equipamento ou dos fluidos frigorigéneos utilizados.

O caderno de registo de intervenções é fornecido pelas entidades acreditadas para proceder à certificação de técnicos, respetivos acompanhamento e renovação de certificação. Cada registo é preenchido em triplicado, sendo que o original deverá permanecer no caderno e ser fornecido ao Organismo de Avaliação e Certificação sempre que solicitado por este. O duplicado do registo deverá ser entregue ao Operador do equipamento (por defeito, salvo disposições contratuais em contrário, o proprietário do equipamento tem a função de Operador do mesmo) para este conhecer, controlar e decidir sobre a operacionalidade e funcionamento do equipamento. Estes duplicados poderão ficar junto do Registo da Aplicação ou Equipamento (RAE) - quando o equipamento possui mais de 3 kg de fluido frigorigéneo, situação em que o RAE é obrigatório. O triplicado deverá permanecer com o técnico certificado.

Para além deste fim, os cadernos de registo podem ser utilizados na contabilização do trabalho desse técnico pela sua entidade empregadora, no controlo do trabalho de determinado técnico no âmbito de fiscalizações ou inspeções pelas autoridades competentes, entre outras.

Para equipamentos/aplicações com menos de 3 kg de fluido frigorigéneo o RAE é apenas recomendado como forma de melhor contabilizar os movimentos de fluidos frigorigéneos cuja comunicação anual à APA, pelo proprietário dos equipamentos, é obrigatória.

Sempre que, no âmbito de uma intervenção é gerado um resíduo, ou seja, que o fluido frigorigéneo recuperado do equipamento tem de ser sujeito a processo de regeneração ou destruição, o mesmo tem de ser encaminhado para operador de gestão de resíduos licenciado e haverá que preencher uma Guia de Acompanhamento de Resíduos cujo número deverá ser colocado no registo da intervenção.

[Perguntas Frequentes](#) | [Contacte-nos](#)

© Agência Portuguesa do Ambiente, 2015.



ambiente
PORTUGAL
AMBIÇÃO
PARA O FUTURO

 **AGÊNCIA
PORTUGUESA
DO AMBIENTE**

Equipamentos Fixos de Refrigeração, Ar Condicionado e Bombas de Calor

Instrumentos > Gases Fluorados - Legislação > Técnicos Qualificados > Equipamentos Fixos de Refrigeração, Ar Condicionado e Bombas de Calor

De acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 56/2011, apenas poderão efetuar intervenções em equipamentos fixos de refrigeração, ar condicionado ou bomba de calor que contêm gases fluorados com efeito de estufa, os técnicos que possuam a certificação referida no n.º 1 do artigo 10.º do referido Decreto-Lei.

Sempre que procede a uma intervenção técnica num determinado equipamento, o técnico preenche o respetivo registo no caderno de registo de intervenções onde constarão todos os dados relativos à intervenção efetuada, bem como, as opções técnicas tomadas no âmbito da intervenção se as mesmas forem relevantes para o histórico do equipamento ou dos fluidos frigorigéneos utilizados.

O caderno de registo de intervenções é fornecido pelas entidades acreditadas para proceder à certificação de técnicos, respetivos acompanhamento e renovação de certificação. Cada registo é preenchido em triplicado, sendo que o original deverá permanecer no caderno e ser fornecido ao Organismo de Avaliação e Certificação sempre que solicitado por este. O duplicado do registo deverá ser entregue ao Operador do equipamento (por defeito, salvo disposições contratuais em contrário, o proprietário do equipamento tem a função de Operador do mesmo) para este conhecer, controlar e decidir sobre a operacionalidade e funcionamento do equipamento. Estes duplicados poderão ficar junto do Registo da Aplicação ou Equipamento (RAE) - quando o equipamento possui mais de 3 kg de fluido frigorigéneo, situação em que o RAE é obrigatório. O triplicado deverá permanecer com o técnico certificado.

Para além deste fim, os cadernos de registo podem ser utilizados na contabilização do trabalho desse técnico pela sua entidade empregadora, no controlo do trabalho de determinado técnico no âmbito de fiscalizações ou inspeções pelas autoridades competentes, entre outras.

Para equipamentos/aplicações com menos de 3 kg de fluido frigorigéneo o RAE é apenas recomendado como forma de melhor contabilizar os movimentos de fluidos frigorigéneos cuja comunicação anual à APA, pelo proprietário dos equipamentos, é obrigatória.

Sempre que, no âmbito de uma intervenção é gerado um resíduo, ou seja, que o fluido frigorigéneo recuperado do equipamento tem de ser sujeito a processo de regeneração ou destruição, o mesmo tem de ser encaminhado para operador de gestão de resíduos licenciado e haverá que preencher uma Guia de Acompanhamento de Resíduos cujo número deverá ser colocado no registo da intervenção.

[Perguntas Frequentes](#) | [Contacte-nos](#)

© Agência Portuguesa do Ambiente, 2015.